

Educação, Democracia e Justiça Social no desafio urgente da reconstrução nacional



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11765 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd - Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 14 - Sociologia da Educação

"ELE ERA UM BOM ALUNO": A ESCOLA COMO TESTEMUNHA DE DEFESA DE JOVENS EXECUTADOS PELA POLÍCIA MILITAR.

Cristiano da Silva Brasil de Moraes - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FEUSP

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

"ELE ERA UM BOM ALUNO": A ESCOLA COMO TESTEMUNHA DE DEFESA DE JOVENS EXECUTADOS PELA POLÍCIA MILITAR.

Junho de 2018, mais ou menos nove horas da manhã no Complexo de Favelas da Maré, subúrbio da capital do Rio de Janeiro. Marcos Vinícius da Silva – um jovem negro morador da região – está usando uniforme escolar da rede municipal de educação do Rio de Janeiro: uma camiseta branca de mangas curtas, com uma faixa horizontal azul e o brasão da cidade. Marcos Vinícius está na rua e atrasado para a escola. Em seu caminho, uma operação policial vai impedir que o jovem chegue ao seu destino. Uma bala dita perdida o atinge pelas costas, brancas, do uniforme escolar. Há uma comoção popular para socorrer o jovem, que ainda está vivo. Sua mãe, Bruna Silva, é uma das pessoas que correm para ajudar. Em reportagem do El País, na época, a mãe do jovem, afirmou que o filho havia visto quem o atingira: "Ele disse: 'Mãe, eu sei quem atirou em mim, eu vi quem atirou em mim. Foi o blindado, mãe. Ele não me viu com a roupa de escola?'" (EL PAÍS, 2018, online).

A morte e a roupa da escola são dois elementos estranhos um ao outro. A escola não é vista como um lugar de morte, mas de vida. O estranhamento e o choque que o uniforme ensanguentado de Marcos Vinícius da Silva trazem a quem os observa se dá, também, pelo choque entre esses dois universos: Morte e Escola. Neste texto, abordaremos como a Escola é utilizada pelos familiares das vítimas como uma espécie de escudo moral que justifica a indignação e o luto pela morte desses jovens. O direito à educação, inalienável e universalizado no Brasil, em conflito constante com os demais direitos civis (SCHILLING, 2015), serve aos que sobrevivem para defender suas memórias de injúrias, enquanto se torna, também, parte do dispositivo de biopoder (FOUCAULT, 1993) que parece criar quais são os corpos "matáveis" (FARIAS, 2008) e quais não o são.

Como parte de uma pesquisa de doutoramento que está em seu início, esse debate que

propomos ainda está em desenvolvimento. O projeto de doutorado do qual este trabalho se origina tem como objetivo colher narrativas (BUTLER, 2015) de profissionais da educação cujos alunos foram executados pela Polícia Militar do Rio de Janeiro. Durante a escrita do projeto, encontramos algumas poucas notícias de jornais que já anteciparam parte de nossas questões de pesquisa: a escola pública, ou seus professores, raramente aparece na biografia desses alunos. Quando se fazem presentes, porém, as escolas — ou ainda o ato de estudar — é utilizado por parentes e ainda pelos próprios professores dos jovens assassinados para defesa de sua imagem. Se o jovem estudava, não era bandido, não "merecia" a execução pela política de extermínio do Estado.

Essa defesa pode ser encontrada, por exemplo, em outro caso de jovem executado pela polícia no subúrbio carioca, o de Kauê Ribeiro dos Santos, de 12 anos, morto no Complexo do Chapadão em 2019. Segundo a tia do rapaz, a polícia o acusara diretamente de envolvimento com o tráfico de drogas. Para defender o jovem da injúria do Estado, a família recorre ao histórico do menino: de trabalhador e estudioso. O pai de Kauê, em entrevista para o jornal O Dia, dissera: "Menino trabalhador e hoje está morto. Como uma criança de 12 anos vai ser traficante, com um saquinho de bala? Uma criança" (O DIA, 2019). Judith Butler nos auxilia ao afirmar que o estado de precariedade que o Estado produz "tornam diferencialmente expostas à **injúria, violência e morte**" (2016, p.33 grifo nosso) as pessoas que vivem em regiões de favela, das que vivem "no asfalto". As crianças e adolescentes não escapam a esta realidade: "a população juvenil urbana brasileira tem sido associada ao mito de periculosidade e criminalidade, situação que, em vez de compreendê-la como vítima, atribui-lhe a responsabilidade pela insegurança das cidades" (CAVALCANTE e BARROS, 2019, p.2). O caso de Kauê, porém, possui poucos registros nos portais de notícias.

A morte de Marcos Vinícius repercute mais na mídia, em jornais escritos e televisionados. Ganha um foco específico, talvez, pela incessante luta por justiça de sua mãe, Bruna Silva, que carregaria a camisa ensanguentada do filho nos encontros com autoridades, e também por quem conhecia o jovem. Professores e colegas de Marcos Vinícius organizaram uma manifestação na Linha Amarela — via expressa que atravessa o complexo da Maré — para chamar atenção ao caso e clamar por justiça. O ato, assim como a vida de Marcos, foi interrompido pela polícia de forma violenta e truculenta, conforme afirma uma de suas professoras, Roberta: "Ficaram xingando a gente, mandando a gente calar 'a porra da boca'. Nos agrediram verbalmente e depois um deles deu uma paulada em uma das meninas" (EL PAÍS, 2018, online). Há um confronto de interesses entre duas forças do Estado: docentes de um lado e policiais do outro. Escola e Batalhão.

O conflito dos agentes do Estado entre o educar e o patrulhar territórios de favela é reflexo do processo de governamentação do biopoder do Estado (FOUCAULT, 1993). O biopoder atua no sujeito, na população, no "detalhe". Conforme defendem as vítimas utilizando a escola como uma espécie de testemunha de seu caráter, parentes e professores involuntariamente reforçam a ideia de que existem, sim, corpos e pessoas mais dignas de viver ou morrer que outras. O papel da escola, da educação, se reduz não a um direito que sofre com a violência e com a gestão necropolítica (MBEMBE, 2016) do Estado, mas a um elemento que atesta a civilidade das vítimas (FARIAS. 2008), pois não há espaço nestas histórias para debater o direito à educação. Os sujeitos envolvidos estão em uma luta para defender o direito à vida.

Embora esse texto esteja ainda em desenvolvimento, sem que a pesquisa tenha ido ao campo, podemos perceber os discursos sobre a escola, sua presença e sua ausência, nas falas de familiares de jovens vitimados pela polícia. Ausente do debate sobre qualidade de vida e indicativos para o futuro, a escola se torna metáfora para a ordem e civilidade, mesmo que não se saiba em que estado essas escolas estejam. Presente no uniforme escolar

ensanguentado de Marcos Vinicius, é uma metonímia – uma parte de todo um problema – da violência que atinge as populações em estado de precariedade nas favelas do Rio de Janeiro. A escola não está alheia ao universo de seus alunos e professores, é uma instituição inserida no mesmo Estado que executa uma política de enfrentamento ao crime baseado na morte.

Palavras Chave: Escola Pública, Violência Policial, Biopolítica

Referências:

BUTLER, J. *Relatar a si mesmo*: Crítica da violência ética. 1ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2015.

_____. Corpos que ainda importam. In: *Dissidências sexuais e de gênero*. Leandro Colling (org) – Salvador 2016 p. 19-42.

CAVALCANTE, L. E BARROS, J. Violência urbana e juventudes: efeitos da necropolítica no cotidiano de escolas públicas de contextos periféricos de Fortaleza. In: *VI Simpósio Internacional LAVITS*. Salvador. 2019.

EL PAÍS. Mãe de jovem morto no Rio: "É um Estado doente que mata criança com roupa de escola". JUN 2018.

FARIAS, J. Da atualização dos mecanismos de controle: a transformação dos favelados em população "matável". In: *Revista Digital de Antropologia Urbana Os Urbanitas*. 2008. Ano 5. Vol.5, n7. p. 1-26.

FOUCAULT, M. Microfisica do poder. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

MBEMBE, A. Necropolítica. *Arte & Ensaios* n. 32. dez. 2016. Rio de Janeiro, p.122-151. O DIA. *Familiares acusam polícia por morte de menino de 12 anos no Chapadão*. SET 2019.

<u>SCHILLING</u>, F. Os direitos humanos, a educação em direitos humanos e as lutas contemporâneas: perspectivas. *Diversitas*, v. 4, p. 129-159, 2015.